

## A censura e os grupos guerrilheiros no jornal *O Estado* (1968-1974)

Margareth V. Kolb

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

[ethkolb@yahoo.com.br](mailto:ethkolb@yahoo.com.br)

Resumo: Este trabalho objetiva analisar de que forma a imprensa, especificamente o jornal catarinense *O Estado*, divulgou matérias sobre grupos guerrilheiros no período ditatorial brasileiro, em especial entre 1968 e 1974. Busca perceber a forma de tratamento dada aos guerrilheiros por esse tipo de veículo, a intenção desses discursos e de que forma a censura se aplicava às matérias relacionadas à luta armada no Brasil.

Palavras-chave: Guerrilha; Censura; Imprensa

Title: Censure and Guerrilla groups in *O Estado* (1968-1974)

Abstract: This work intends to analyze the way the press, especially the newspaper *O Estado* from 1968-1974, published subjects about guerilla groups in the brazilian dictatorial period. Realizing in this discourses the way of treatment of the guerilleros, the intention of these discourses and the way how censorship was applied to the subjects related to the armed struggle in Brazil.

Key words: Guerrilla; Censorship; Press

As décadas de 1960 e 1970, no Brasil e em vários países do mundo, representaram um período de descobertas, manifestações, lutas por direitos melhores, de revolução cultural, de grandes agitações políticas. Foi um ambiente de falta de possibilidades democráticas, apoiado em regimes políticos ditatoriais. Havia o medo, principalmente por parte dos Estados Unidos, do avanço do regime comunista e sua instalação pelos países da América Latina, o que justificou as ditaduras militares.

Com efeito, a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São



Nesse período, o Brasil foi palco de diversas lutas populares, dentre as quais destacou-se a reivindicação pelas Reformas de Base, propostas pelo governo do presidente João Goulart, que buscavam proporcionar uma maior e melhor distribuição de renda no país e a conseqüente diminuição das desigualdades sociais, incluindo a reforma agrária.<sup>2</sup>

Com o golpe militar de 1964, foi colocado um freio nessa época de manifestações e mudanças que vinham ocorrendo. A ditadura que se seguiu, impondo uma grande censura ao país e principalmente às organizações e partidos de esquerda, fez com que muitos grupos se organizassem de forma a resistir ao golpe. Podemos destacar como um dos desdobramentos da repressão ditatorial a Lei de Segurança Nacional, que criou a noção de “guerra interna”, fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva, além de ser conivente com as torturas praticadas desde o início do golpe.<sup>3</sup> Como entre as organizações de esquerda existiam divergências políticas e ideológicas a respeito de como se fazer a revolução, muitos grupos foram formados a partir de então, com rupturas até mesmo dentro do Partido Comunista Brasileiro. Entre esses grupos, os mais ativos foram a Vanguarda Popular Revolucionária, a Aliança Libertadora Nacional, o Partido Comunista do Brasil, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, Movimento Revolucionário Tiradentes, Partido Comunista Operário, entre outros. Junto com o movimento estudantil, essas organizações agiram na tentativa de livrar o país do atraso político que os militares impuseram. Pessoas de todos os setores da sociedade constituíam esses grupos armados de resistência: estudantes, operários, camponeses, membros dissidentes das Forças Armadas, que voltam-se contra o regime militar.

O maior golpe executado pelas forças governamentais está no Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, que acabou com toda e qualquer liberdade de ação das organizações de esquerda. As prisões e cassações de mandatos se intensificaram e ficou cada vez mais difícil resistir aos usos e abusos do regime.<sup>4</sup>

Nesse clima de agitação política e repúdio da sociedade à maneira como vinham ocorrendo as decisões governamentais, crescem as manifestações contra o governo militar. Cada uma com

---

Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2000. p. XXIV.

<sup>2</sup> RANGEL, Maria do Socorro. Territórios de confronto: uma história da luta pela terra nas ligas camponesas. In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (org.). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Ed. Unicamp, 2006. p. 468.

<sup>3</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, jan./jun., 2004. p. 33.

<sup>4</sup> COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 96.



organização e atuação próprias, mas com o mesmo objetivo, o de acabar com as crueldades que estavam acontecendo no país.

Mesmo com todas as dificuldades de atuação, as organizações de esquerda conseguiram realizar diversas ações contra as forças reacionárias: a guerrilha urbana, com assaltos a bancos, apropriações públicas, seqüestro de embaixadores em troca de presos políticos, e a guerrilha camponesa, que tinha o intuito de conquistar e treinar as massas populares para que, a partir de um foco armado, pudesse ser feita a revolução que sepultaria a ditadura.

Nesse período, a mídia teve papel importante na divulgação das ações tanto dos grupos revolucionários como do governo. Segundo Fico:

A censura da imprensa acompanhou o auge da repressão (quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões, torturas e assassinatos políticos) que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70.<sup>5</sup>

Dessa maneira, a proposta deste trabalho é identificar as notícias que saíam na imprensa sobre os grupos guerrilheiros durante a ditadura militar. Perceber de que maneira as ações desses grupos foram noticiadas (quando foram), qual era o tratamento dado aos seus membros, tentando encontrar menções às relações de gênero. Pretendeu-se verificar como a mídia constituía seus discursos a partir dos próprios interesses e qual foi o papel da censura. O periódico escolhido para análise foi o jornal *O Estado*, de Santa Catarina, no período de 1968 a 1974.

Fundado em 1915, *O Estado* inicia na década de 1970 um processo de mudanças. Instala uma moderna impressora off-set, recruta a colaboração de profissionais também no Rio Grande do Sul, aprimora seu sistema de distribuição nas principais cidades do Estado por um sistema de conquista e manutenção de assinaturas.<sup>6</sup> Segundo Moacir Pereira, o jornal “adquire consistência editorial e posiciona-se com profissionalismo, sem qualquer vinculação partidária”<sup>7</sup>. Por ser o meio de comunicação impresso com maior circulação em Santa Catarina no período da ditadura, foi escolhido como fonte desta pesquisa.

*O Estado* tinha como um dos principais destaques as colunas sociais, que retratavam o cotidiano da alta sociedade, além de inúmeras propagandas e colunas com comentários ou análises de ocorrências importantes. A respeito das notícias sobre Santa Catarina, notamos que o jornal sempre apresenta grandes feitos dos políticos do estado, alguma ação de destaque em determinadas

<sup>5</sup> FICO, *op. cit.*, p. 37.

<sup>6</sup> PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1992. p. 76.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 119.



idades, notícias sobre a melhoria das condições de vida, de emprego, assim como mostra também problemas ou atos contra o governo.

É perceptível nas edições desse jornal o empenho em mostrar que Santa Catarina era um estado que estava crescendo, ganhando investimentos de diversas empresas, e caminhava com o anseio de contribuir para o crescimento do país junto com a Revolução.

Conforme João Batista Abreu, a maioria dos jornais brasileiros, principalmente após o AI-5, aboliu as editorias políticas, alocando os repórteres nas seções de cidade e geral.<sup>8</sup> *O Estado* estava sendo censurado pelo Ministério da Justiça. Embora essa censura fosse aplicada principalmente para a mídia nacional, e os jornalistas que cobriam o noticiário estadual tivessem maior liberdade para a publicação de seus trabalhos, havia certa pressão sobre o que noticiar.<sup>9</sup>

Nesse período, a imprensa estava nas mãos do governo, que ditava o que podia ou não ser noticiado, e da iniciativa privada, que concedia facilidades e patrocínio conforme a colaboração do veículo ao regime militar. A Lei de Segurança Nacional exercia o controle dos meios de comunicação por meio da censura e de sua utilização para a propaganda política.<sup>10</sup>

Com o intuito de escapar da censura, a imprensa lançou mão de estratégias não convencionais para informar o leitor a respeito do que ocorria no país. No caso dos jornais, para que o leitor pudesse perceber que o veículo estava sob censura, a estrutura básica de redação das notícias era totalmente alterada. Às vezes a notícia era contextualizada no último parágrafo, outras colocava-se uma nota de rodapé que dava outra versão da notícia em destaque ou resumia-se um texto censurado na íntegra. Também eram publicados poemas, receitas culinárias ou desenhos de diabinhos no espaço que tinha sido reservado para a matéria censurada.

No que diz respeito à guerrilha armada, segundo Abreu: “A Divisão de Censura da Polícia Federal tentava evitar a revelação de atos de guerrilha, com medo que a divulgação estimulasse ações de outros grupos clandestinos, gerando uma escalada da resistência armada contra o regime”<sup>11</sup>.

As prisões de militantes só podiam ser divulgadas dias depois para que os órgãos de segurança tivessem tempo de desmembrar a rede à qual estavam ligados. Eram totalmente proibidas as notícias que contrariassem a versão oficial sobre a morte dos guerrilheiros, pois eram vistas

---

<sup>8</sup> ABREU, João Batista. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 16.

<sup>9</sup> PEREIRA, *op. cit.*, p. 75.

<sup>10</sup> CAPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e indústrias culturais** no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989. p. 16.

<sup>11</sup> ABREU, *op. cit.*, p. 46.



como propaganda contra o regime.

Por outro lado, o jornal tinha liberdade para noticiar os acontecimentos que envolviam grupos guerrilheiros de outros países da América Latina sob regimes ditatoriais. Ao analisar o periódico em questão, podemos observar que quase não há relatos sobre os grupos guerrilheiros no Brasil, mas diversas reportagens sobre o grupo Tupamaros, do Uruguai.

Os terroristas uruguaios do grupo Tupamaros planejam propor ao governo a troca de grande número de seus elementos presos pelo banqueiro Gaetano Pellegrini Giampietro, seqüestrado e mantido como refém há mais de um mês. A notícia transpirou da afirmação de um dos terroristas prêsos na última quarta-feira, por ocasião de uma luta travada no interior do país, ao dizer a um policial que as autoridades “terão de nos libertar em troca de Giampietro”. Até o momento, entre mortos e detidos nos seis anos de existência do grupo Tupamaros, mais de 700 foram postos fora de combate, vários deles mortos no combate de quarta-feira, realizado na cidade de Pando, e que foram sepultados com protestos. A polícia continua suas investigações no sentido de localizar o banqueiro seqüestrado.<sup>12</sup>

Nota-se, assim, que o movimento guerrilheiro uruguaio Tupamaros teve um destaque peculiar por parte do jornal, principalmente após o seqüestro do cônsul brasileiro Aloísio Gomide, em Montevideú, em 1971 – um dos fatores que pode ter contribuído para a guerrilha estrangeira aparecer de forma insistente no jornal. Além do mais, um aspecto que chama atenção nas reportagens referentes aos Tupamaros é que as ações desses grupos eram reconhecidamente políticas.

Contudo, noticiar os acontecimentos internacionais relacionados a guerrilha e ditadura também era uma maneira de denunciar a censura e os desmandos dos regimes ditatoriais, já que não se podia escancarar o que estava acontecendo no país. Assim, os regimes do exterior eram criticados e condenados pelos jornais, na esperança de que o leitor pudesse fazer uma analogia entre esses regimes e o brasileiro.

Outro aspecto a ser analisado é que os acontecimentos políticos retratados no período pelo jornal deturpavam a realidade. Há um grande número de notícias envolvendo assaltos a bancos, seqüestros de embaixadores e cônsules, assim como seqüestros de aviões, tratando a oposição com adjetivos como “terroristas” e “subversivos” que estragavam a imagem do Brasil. No período de 1968-1974, nas matérias de *O Estado*, podemos perceber que os guerrilheiros e guerrilheiras – estas, quando aparecem – são concebidos por estereótipos, “terroristas” e “subversivos” contrários à

<sup>12</sup> Tupamaros só dão refém por seus presos. *O Estado*, Florianópolis, 12 out. 1969. n. 16.244, p. 1.



ordem e ao crescimento do país.

Oficiais do Ministério do Exército em Brasília admitiram ontem que está em franca atividade o processo de subversão da ordem, acreditando ainda que tem caráter nacional a ação do grupo prêsos na Capital Federal. A XI Região Militar assumiu ontem o trabalho de inquirição dos prêsos que estava sendo efetuado pela Polícia Federal, a qual havia chegado à conclusão de que o grupo de terroristas desbaratado em Brasília não tem nenhuma vinculação com movimentos subversivos nos meios estudantis. Por outro lado, em Fortaleza, três bombas juninas explodiram ontem no momento em que o Ministro Tarso Dutra inaugurava o nôvo prédio da Faculdade de Farmácia do Ceará, causando apreensões.<sup>13</sup>

Há uma transformação no sentido das palavras.<sup>14</sup> Os termos utilizados para caracterizar os militantes de oposição ao golpe de 1964 faziam com que as expressões perdessem seu significado original. Um exemplo disso, como já foi citado, é a palavra “subversivo”. Inicialmente, ela designava os políticos cassados, mas depois serviu para caracterizar todos os que se opunham ao regime. Dessa maneira, colocava-se no mesmo nível todos os “inimigos” do governo, independente das acusações existentes contra essas pessoas. Intencionava-se desqualificar os militantes perante a sociedade.

A palavra “terrorista” também foi empregada na época com o mesmo intuito. Segundo Abreu, “a partir do AI-5 o governo recomendou aos principais jornais que classificassem de terrorismo todas as ações armadas praticadas por guerrilheiros”<sup>15</sup>. Também é notável que o vocábulo “terrorista” foi muito utilizado para classificar atentados políticos praticados pelos militantes da luta armada, como uma tentativa de associar atentado político e terror.

Essa mudança de significados nas expressões utilizadas pelo regime militar, com apoio da imprensa, pretendia relacionar o sentido negativo dessas palavras como uma ameaça à ordem vigente e à sociedade estabelecida.

Outra forma percebida de censura nos jornais é a ênfase dada aos efeitos dos atos “terroristas”, evitando que se atentasse para as verdadeiras causas políticas, sociais e econômicas das manifestações da esquerda. Numa ditadura, em que as ações chamadas de “subversivas” são feitas por grupos colocados na clandestinidade pelo próprio regime, “só o lado oficial tem acesso aos meios de comunicação, ficando a notícia restrita a uma fonte”<sup>16</sup>.

As ações executadas pelos grupos guerrilheiros eram percebidas e transmitidas pelo governo

<sup>13</sup> Oficiais vêem subversão em plena marcha. **O Estado**, Florianópolis, 28 fev. 1969. n. 16.087, p. 1.

<sup>14</sup> ABREU, *op. cit.*, p. 23.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 34.



como crimes policiais e não políticos. Isso contribuía também para desprestigiar a imagem dos militantes, pois não se valorizava as intenções de suas ações, mas as formas escolhidas e suas conseqüências.

“Um assalto a banco era um assalto a banco, qualquer que fosse o objetivo. Nas matérias destacava-se freqüentemente o fato de o dinheiro roubado destinar-se ao pagamento de empregados de determinada empresa.”<sup>17</sup>

Além de uma imagem criminal construída para os militantes da luta armada, os termos “terrorista”, “subversivo”, “marginal” também construíram uma imagem masculina do movimento. As mulheres, mesmo participando da luta armada, eram mencionadas raríssimas vezes e habitualmente como “companheiras” dos militantes. Quando apareciam, eram mencionadas como membros de algum grupo.

RIO – (AJB) – O Conselho Permanente de Justiça da 2a. Auditoria do Exército, por unanimidade, condenou a dez anos de reclusão Nelson Rodrigues Filho e Alexandre Lira de Oliveira, com incursos no artigo 28 da nova Lei de Segurança Nacional. Decidiu ainda o Conselho mandar internar no manicômio judiciário, pelo prazo de dois anos, como medida de segurança, a acusada *Solange Lourenço Gomes*, por ter sido homologado o exame de sanidade mental a que foi submetida durante a instrução criminal [grifo nosso].<sup>18</sup>

Pode-se notar, portanto, que a imprensa adota um discurso característico que contribuiu para a formação de uma mentalidade em torno do tema trabalhado, produzindo uma elaboração do real.

O que se pode concluir, portanto, é que a imprensa contribuiu com o governo militar para denegrir a imagem desses guerrilheiros perante a sociedade. Vistos como pessoas perigosas, dificilmente obteriam apoio por parte da população. Mesmo com um grande número de matérias relacionadas às ações revolucionárias e ao momento político da época – como o movimento estudantil, a instauração do AI-5, o comunismo internacional –, nota-se que as notícias sobre as ações da esquerda eram muito menos divulgadas que os feitos do governo. Nas reportagens pesquisadas, desde o começo das manifestações de oposição ao governo militar o tratamento dado aos guerrilheiros foi sempre o mesmo. Tanto pela ditadura como pela imprensa, os participantes da luta armada foram sendo estereotipados como “subversivos”, “terroristas”, “marginais”, “perigosos” ou como pessoas que buscam manchar a imagem do país.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>18</sup> Subversivos são condenados na GB. **O Estado**, Florianópolis, 5 jul. 1972. n. 16.930, p. 5.

